

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 649.523 - RS (2015/0015029-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : ORLANDO ANTONIO CHERINI
ADVOGADOS : ALCINDO BATISTA DA SILVA ROQUE E OUTRO(S) -
RS026036
ROSÂNGELA DE OLIVEIRA - RS086252
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **ORLANDO ANTONIO CHERINI** contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio ao acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

"PENAL. IMPORTAÇÃO DE AGROTÓXICOS. CONTRABANDO DE PEQUENA QUANTIDADE DE MUNIÇÃO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA A AMBAS AS CONDUTAS. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.

1. A conduta delitiva perpetrada pelo acusado enquadra-se no tipo penal, pois importou os agrotóxicos que não possuem registro no órgão federal competente.
2. Sendo o meio ambiente o bem jurídico protegido pelo tipo penal e levando em consideração a quantidade apreendida de agrotóxicos, não há que se falar em aplicação do princípio da insignificância, porquanto o fato é materialmente típico.
3. A pequena quantidade de munição permite a desclassificação para o crime previsto no art. 334 do Código Penal quando as circunstâncias dos autos revelarem menor potencialidade lesiva da conduta do agente, de modo que não ofereça risco ao bem jurídico tutelado. A desclassificação para o crime de contrabando deve ser limitada à introdução indevida de pequena quantidade de munições, afastando-se desde logo sua incidência sobre armas de fogo e acessórios que possuam potencial lesivo ou potencialize a utilização das armas (p.e., mira a laser, silenciador, entre outros apetrechos).
4. Tratando-se de produtos introduzidos no país sem permissão dos órgãos competentes, portanto de contrabando, afasta-se a incidência do princípio da bagatela.
5. Os fatos denunciados ocorreram em 15/05/2011, a inicial acusatória foi recebida em 03/02/2012 e a sentença condenatória publicada em 02/04/2014. Portanto, não houve o transcurso do prazo de prescrição de 4 (quatro) anos entre os marcos interruptivos referidos.
6. Apelação criminal desprovida." (e-STJ, fl. 467.)

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 475-480), a defesa aponta violação do art. 334 do Código Penal, ao argumento de que havendo a rejeição da pretensão punitiva pelo crime capitulado no art. 18 da Lei n. 10.826/2003, por atipicidade, cabível se faz a rejeição da denúncia pelo princípio da insignificância.

Afirma que "o resultado material da decisão ora atacada, o resultado material da decisão proferida, o que se vê e se enxerga no caso em exame é a hipótese de atipicidade da conduta delituosa a que a decisão proferida concluiu por impor sanção. Mais, materialmente, se revela verdadeira modificação da própria acusação à medida que o próprio autor da ação penal deixou de oferecer denúncia para o figurino penal sancionatório."

Sustenta que "na remota hipótese de que não sejam pronunciadas as nulidades absolutas do processo, que culmina com a extinção e arquivamento da própria ação penal, a absolvição do apelante pelo delito descrito no Artigo 18 da Lei 10.826/2003, nos termos do Artigo 386 do CPP, e, destarte, a modificação da sentença quanto à pena definitiva unicamente pelo delito descrito no artigo 56 da lei 9.605/98, com reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva."

Requer o provimento do recurso de modo a absolver o recorrente do delito do art. 18 da Lei n. 10.826/2003, bem como o pronunciamento da prescrição em face do delito do art. 56 da Lei n. 9.605/1998.

Contrarrazões às fls. 487-507 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso especial ante a incidência da Súmula n. 7/STJ. Daí este agravo, no qual o insurgente aduz não ser o caso de aplicação da Súmula mencionada, expondo ainda quanto às teses defendidas (e-STJ, fls. 790-805).

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo e, no mérito, pela negativa de provimento (e-STJ, fls. 522-527).

É o relatório.

Decido.

Embora preenchidos os pressupostos de admissibilidade do agravo, constata-se que o recurso especial não merece conhecimento, diante da deficiente fundamentação apresentada, o que atrai a incidência da Súmula 284 do STF.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, dessa forma, para a sua admissão, imprescindível que o recorrente demonstre, de forma clara e objetiva, de que modo o acórdão recorrido teria contrariado os dispositivos apontados como violados, assim como deve haver correlação entre as razões do recurso especial e os fundamentos trazidos na decisão recorrida, o que não é a hipótese dos autos.

No mesmo sentido, o parecer ministerial, que acolho como razões de decidir, devido a análise completa e satisfatória do caso, conforme a seguir transcrito:

"O recorrente efetivamente não questiona as premissas fáticas definidas pelo v. acórdão, sustentando que sua conduta foi atípica, em razão do princípio da insignificância, e que houve prescrição. Sua pretensão é, portanto, discutir os critérios para a aplicação do referido princípio.

Assim, a análise do pleito não demanda reexame de fatos e provas, mas apenas análise acerca da interpretação da lei, pelo que não incide a súmula 7/STJ.

Entretanto, o recurso especial tem graves problemas em sua fundamentação, conforme se passa a demonstrar.

O v. acórdão utilizou-se dos seguintes fundamentos para negar provimento à apelação do recorrente, mantendo a condenação: (i) impossibilidade de aplicar-se o princípio da insignificância aos

crimes do art. 56 da Lei 9.605/98 e do art. 334 do Código Penal, em razão da natureza dos bens jurídicos tutelados, da quantidade de agrotóxicos e da natureza do bem contrabandeado (munições); (nj) possibilidade de desclassificação do crime do art. 18 da Lei 10.826/03 para o do art. 334 do CP; (ní) inoccorrência de prescrição quanto ao crime da Lei 9.605/98.

Em seu recurso especial, o recorrente alega o seguinte: (i) que "[...] o caso em exame é um caso de atipicidade delituosa, sendo perfeitamente aplicável o princípio da insignificância nos termos do artigo 344 do CP" (fls. 478/479); (ii) que "[...] na sentença houve a rejeição da pretensão punitiva pelo crime capitulado no artigo 18 da Lei 10.826/03, por atipicidade; se a figura impositiva de sanção é o artigo 344 do CP, a rejeição da denúncia também se dá pela insignificância" (fls. 479), de modo que deveria haver a absolvição de ambas as figuras delituosas; (m) que o resultado material da decisão impugnada é a atipicidade da conduta e que houve "[...] verdadeira modificação da própria acusação à medida que o próprio autor da ação penal deixou de oferecer denúncia para o figurino penal sancionatório" (fls. 479); (iv) que deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva quanto ao delito do art. 56 da Lei 9.605/98.

Destaque-se, em princípio, que o recorrente artificialmente distorce os acontecimentos processuais, ao afirmar que a sentença rejeitou a denúncia no que diz respeito ao crime do art. 18 da Lei 10.826/03 por atipicidade, em razão do princípio da insignificância. Na verdade, o que houve foi a desclassificação da conduta para o delito do art. 334 do Código Penal (fls. 362/363).

O Tribunal de origem afastou o princípio da insignificância por estes fundamentos: natureza dos bens jurídicos tutelados, quantidade de agrotóxicos e natureza do bem contrabandeado (munições). O recorrente, porém, não impugna tais questões; sua pretensão é que a insignificância seja reconhecida por outros fundamentos, quem sequer correspondem à realidade dos autos.

Não há, portanto, correlação entre os fundamentos do v. acórdão e as razões do recurso especial, o que atrai a incidência da súmula 284/STF¹, conforme entendimento dessa Colenda Corte:

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ACÓRDÃO PARADIGMA EM *HABEAS CORPUS*. IMPOSSIBILIDADE. AFRONTA AO ART. 70 DO CP. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE FOI DECIDIDO NA ORIGEM. SÚMULA N. 284 DO STF. ROUBO MAJORADO. DUAS CAUSAS DE AUMENTO. ACRÉSCIMO SUPERIOR AO PATAMAR MÍNIMO SEM MOTIVAÇÃO CONCRETA. SÚMULA N. 443 DO STJ.

1. O julgado proferido em sede de habeas corpus não serve de paradigma para fins de comprovação do dissenso pretoriano.

2. Embora o Tribunal a quo tenha reconhecido ser hipótese de concurso material de crimes, as razões recursais se voltam em face de aumento supostamente aplicado por força da regra da cumulação formal. Ausência de pertinência com a situação dos autos. Incidência da Súmula n. 284 do STF.~ (g. n.)

[...]

Ademais, havendo fundamentos não atacados que são suficientes para manter o afastamento do princípio da insignificância, incide também a súmula 283/STF⁴. Neste sentido esse Egrégio Tribunal já se pronunciou:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP. OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NULIDADE DO RECONHECIMENTO PESSOAL. SÚMULA 283 E 284 DO STF. COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA. NÃO INCIDÊNCIA AOS CO-AUTORES. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. SÚMULA 7/STJ. CONSUMAÇÃO DO CRIME DE LATROCÍNIO. SÚMULA 610/STF. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO. POSSIBILIDADE. GRAVIDADE CONCRETA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PRO VIMENTO.[-]

2. É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório ou a ensejar a absolvição, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3. Verificando-se que o v. acórdão recorrido assentou seu entendimento em mais de um fundamento suficiente para manter o julgado, enquanto o recurso especial não abrangeu todos eles, aplica-se, na espécie, por analogia, as Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal." (g. n.)

[...]

Finalmente, no que diz respeito à prescrição, o recorrente, ao final do recurso, simplesmente pede "[...] a modificação da sentença quanto à pena definitiva unicamente pelo delito descrito no artigo 56 da lei 9.605/98, com reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva" (fls. 479), mas em momento algum expõe as razões pelas quais o v. acórdão deve ser reformado neste ponto. Assim, por mais esse motivo aplica-se ao caso a súmula 284/STF" (e-STJ, fls. 559-567).

Ante o exposto, nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator